

TRABALHO DOCENTE EM CLASSES DE ACELERAÇÃO NO LITORAL NORTE: ESPAÇO PARA FORMAÇÃO CONTINUADA

Cristiane Rodrigues de Freitas¹
Eduardo Rangel Ingrassia²
Fabiana Gazzotti Mayboroda³
Leandro Forell⁴

Resumo: Classes de Aceleração no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, tendo por base os espaços destinados a estes profissionais para sua formação continuada na fala dos assessores pedagógicos das Secretarias de Educação dos municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Arelado aos projetos desenvolvidos nas redes municipais participantes da pesquisa, reflete-se sobre os desdobramentos da ação pedagógica que norteia o trabalho em turmas de aceleração e suas implicações no trabalho docente.

Palavras-chave: Formação continuada. Classes de Aceleração. Projetos.

Abstract: *The article presents a research on the teaching work focused on the performance in Acceleration Classes on the North Coast of Rio Grande do Sul, based on the spaces intended for these professionals for their continuing education in the speech of the pedagogical advisors of the Departments of Education of the municipalities of the North Coast of Rio Grande do Sul. Linked to the projects developed in the municipal networks participating in the research, it reflects on the unfolding of the pedagogical action that guides the work in acceleration classes and its implications in the teaching work.*

Keywords: *Continuing education. Acceleration Classes. Projects.*

Introdução

O programa denominado Aceleração da Aprendizagem foi desenhado como uma proposta de experiência educacional alternativa para atender aos

¹ Pedagoga, Mestranda do PPGED da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

² Pedagogo; Mestre em Educação; Doutorando do PPGED da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

³ Pedagoga; Mestre em Educação e Doutora em Ciência do Desenvolvimento Humano (UFRGS); Professora do Centro Universitário Cenecista de Osório (UNICNEC).

⁴ Licenciado em Educação Física; Mestre e Doutor em Ciência do Desenvolvimento Humano (UFRGS); Professor do PPGED da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

estudantes com atraso, de dois ou mais anos em sua escolaridade (LUCK, 2004). Nas cidades pesquisadas do Litoral Norte do Rio Grande do Sul que denominaremos de municípios A, B, C, D, E, e F, é possível observar que são profissionais que já atuam nas escolas em turmas regulares, e são escolhidos pelos supervisores escolares quando organizam a formação das turmas na escola no início de cada ano letivo.

Este estudo buscou refletir através das falas dos assessores pedagógicos das Secretarias de Educação como realizam a formação continuada para os docentes que atuam nas Classes de Aceleração, buscando mapear se há uma forma de auxiliar o docente nas questões referente aos objetivos para a proposta pedagógica planejada para o atendimento das Classes de Aceleração, observando que muitas vezes estas turmas são compostas por classes multisseriadas, onde é preciso contextualizar a realidade e a organização curricular com as necessidades dos estudantes.

A ideia de formação continuada está entrelaçada com a busca por entender as especificidades do atendimento de turmas de Aceleração, buscando compreender quais ações pode contribuir para identificar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes, da escola e de fatores externos com evasão, infrequência, falta de incentivo ou vislumbre de uma realização pessoal e profissional advindos da escola, como fonte de um investimento, refletindo através das palavras de Dubet (2003), o investimento escolar é considerado um investimento produtivo.

As Classes de Aceleração: Breves Concepções

A correção do fluxo escolar é entendida como uma questão de política pública, pois a partir dela surgem políticas ou planos educacionais determinados, como a Aceleração de Aprendizagem. Estas políticas têm como base indicadores para que seja possível mapear as defasagens, tornando assim a

distorção idade-série⁵ um indicador educacional que permite acompanhar o percentual de estudantes que estão defasados em dois anos em relação a idade que deveriam estar (LUCK, 2004; VITELLI; FRITSCH, 2016).

Do ponto de vista das políticas públicas, os indicadores, combinados com outros recursos metodológicos de análise de contexto, podem ser instrumentos que permitem identificar aspectos relacionados a determinado conceito, fenômeno, problema ou resultado de uma intervenção na realidade. Estes estudantes, em distorção idade-série, têm idade superior a recomendada para o ano frequentado, já preconizado na LDBEN (1996), Art. 32 no qual indica que no Brasil, a criança deve ingressar no primeiro ano do Ensino Fundamental aos seis anos de idade, permanecendo na escola até a conclusão no nono ano do Ensino fundamental, prevendo que o estudante conclua seus estudos aos quatorze anos. Nesta mesma legislação, previsto no Art. 24, a educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: “V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios [...] possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar”.

Desta forma percebe-se que está contemplada na legislação educacional a garantia para que o processo de escolarização possa ocorrer de forma a atender diferentes realidades buscando estratégias de organização para que as dificuldades possam ser superadas.

No Brasil o atendimento às Classes de Aceleração ganhou maior destaque após o Ministério da Educação instituir o programa de Aceleração no ano de 1997, ao constatar que 68% dos alunos no Ensino Fundamental estavam com idade superior a série que deveriam estar também. (LUCK, 2004)

O programa Classes de Aceleração visa atender estudantes que estejam em distorção idade-série, ou seja, quando a diferença entre

⁵ Série - nomenclatura usada até o ano de 2006, para designar as séries (1º a 8º) no Ensino Fundamental, porém, com ampliação de oito para nove anos a nomenclatura passa a ser: Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental. Para esta pesquisa utilizamos a denominação idade-série para referência a Turma de Aceleração, pois os órgãos que divulgam dados sobre correção de fluxo como INEP ainda assim utilizam tal termo

a idade do aluno e a idade prevista para a série é de dois anos ou mais. É uma proposta de experiência educacional alternativa e parte do princípio de que com a idade mais avançada dos reprovados é possível retomar os conteúdos em um tempo mais curto, sem perder a qualidade da aprendizagem corrigindo o fluxo. (INEP, 1997).

As Secretarias de Educação dos municípios entrevistados buscam através da gestão de seus programas educacionais uma abordagem que seja eficiente para formar as Classes de Aceleração e assim construir políticas capazes de sanar o problema da distorção idade-série corrigindo o fluxo.

Metodologia

A metodologia de pesquisa que orientou este estudo foi organizada em um primeiro momento por meio da revisão bibliográfica Gil (2020). Assim a pesquisa iniciou pelo estado do conhecimento realizada em livros, artigos científicos, teses e dissertações que citam estudos sobre as Classes de Aceleração. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 183) “A pesquisa bibliográfica, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses etc.”.

Após deu-se a análise documental, realizada em documentos obtidos nas Secretarias de Educação, sites, resoluções dos conselhos municipais, leis federais, estaduais e municipais. No desenvolvimento da pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas.

Há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico. De outro lado, há os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2002, p. 56).

A fonte dos documentos analisados foram arquivos públicos onde tivemos acesso a documentos oficiais, como leis, ofícios, relatórios, resoluções etc. E fontes estatísticas com análises em órgãos como Censo Escolar através do

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e site do MEC (Ministério da educação) e prefeituras.

A escolha dos participantes da pesquisa se fez por meio do recorte dos 23 municípios do litoral do RS, onde o interesse da pesquisa consistiu em entender: Como assessores de Secretarias de Educação do Litoral Norte do Rio Grande do Sul compreendem a construção das políticas de distorção idade-série em seus respectivos municípios, sendo assim foi utilizado como critério para seleção de informantes a técnica “Snowball” ou como é chamada no Brasil, “Bola de neve”.

A escolha desta técnica reflete a necessidade da pesquisa em identificar os sujeitos que possam contribuir com o tema de escolha da pesquisa, mas que são de difícil mapeamento por se tratar de um grupo amplo. Assim, através das indicações que o método possibilita, pois se trata de uma abordagem não probabilística, aproximará os sujeitos dos municípios que de alguma forma participam e tem sua compreensão sobre as Classes de Aceleração.

Esta técnica permitiu coletar dados a partir de indicações dos próprios sujeitos, inicialmente a partir de uma amostra e assim ampliar o alcance ao longo do trajeto e segue até atingir o tamanho da amostra desejada.

Para a realização de uma amostragem em bola de neve é necessário que haja um intermediário inicial, também denominado de semente, que localiza ou aponta algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa a ser realizada. A semente pode, inclusive, ser um dos participantes. As pessoas indicadas são então solicitadas a indicar mais pessoas. Dessa forma, a amostra, que antes era difícil de ser calculada probabilisticamente ou até mesmo de difícil acesso, expande-se, na maioria das vezes, satisfatoriamente (BOCKORNI; GOMES, 2021, p. 108).

Dentre as vantagens deste tipo de pesquisa, segundo estudos dos autores Biernacki e Waldorf (1981), Dewes (2013), Vinuto (2014), Albuquerque (2009), Lindstrom (2016), todos citados por Bockorni e Gomes (2021), está a possibilidade de os indivíduos serem mais propensos a aceitarem participar,

por serem indicados por conhecidos. Ainda o acesso às pessoas de maior visibilidade dentro do grupo social pesquisado e o método tem um baixo custo para sua realização.

Políticas do Litoral Norte para Classes de Aceleração

Ao constatar em sua rede, estudantes com distorção idade-série as Secretarias de Educação do Litoral Norte buscam iniciar estratégias para recuperação dessas aprendizagens, dos sete municípios entrevistados que possuem o atendimento desses estudantes, todos possuem projetos específicos pensados e voltados para este público, em uma tentativa de corrigir o fluxo escolar, e auxiliar estes estudantes em concluir esta etapa do Ensino Fundamental. Assim nos mostra Dubet (2004), quando orienta definir ações que busquem a construção de um ambiente escolar de fato justo, especialmente a partir de políticas que reconheçam os processos de desigualdade.

A política Educacional busca garantir os direitos de Educação para todos, nas palavras de Celso (2023, p.11), “[...] na prática, ao analisar o conteúdo de uma política educacional, é necessário entender seus objetivos, os valores implícitos e explícitos, o que está ou não silenciado na sua produção e seu contexto de aplicação”.

Assim os municípios buscam políticas educacionais que respondam à demanda dos estudantes que estão em distorção idade-série como uma resposta à sociedade para corrigir o fluxo e atender também as legislações que orientam sobre os direitos de aprendizagem dos estudantes.

O município A possui o Programa Municipal de Correção de Fluxo, que tem como público, alunos de 6º, 7º anos do Ensino Fundamental, por serem estes os anos que possuem maior taxa de distorção e evasão. O limite máximo por turma é de vinte alunos.

A metodologia do projeto busca realizar através de um diagnóstico inicial a fim de avaliar o nível de desenvolvimento cognitivo do estudante, e busca em conjunto com os professores construir um currículo diferenciado para as

turmas a partir de temas geradores que na visão de Freire impulsionam as trocas de saber através do diálogo que respeita as diferenças de cada sujeito e considera o que ele já traz consigo.

Na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com eles não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo (FREIRE, 1993, p. 71).

Espera-se implementar também a pedagogia de Projetos onde o trabalho pedagógico com atividades em grupo, pesquisas e debates possam gerar discussões e problematizações entre os conhecimentos desenvolvidos e as vivências dos estudantes.

A duração das Classes de Aceleração será ofertada de modo que cumpram a legislação, sendo estas de 2 (dois) anos do Ensino Fundamental – anos finais, perfazendo a carga horária mínima de 1.600 horas (mil e seiscentas horas) de modo presencial. Etapa 1- 6º e 7º anos -2024 /Etapa 2- 8º e 9º anos -2025.

Quanto ao perfil dos professores que atuam no programa serão selecionados seguindo os seguintes critérios: experiência profissional em turmas com perfil de alunos de correção de Fluxo, comprometimento profissional, afetividade e criatividade; disponibilidade para reuniões pedagógicas e de estudos.

O projeto Trajetórias do Saber, é utilizado no município B como uma estratégia para mitigar distorção idade-série no município, a secretaria de educação realiza ao final de cada ano letivo junto às escolas, o levantamento dos dados para identificar se há estudantes com mais de 16 anos e estão no sexto ano, se a escola tiver 15 alunos já é feita a preparação para que a escola receba uma Classe de aceleração.

A escola então chama as famílias para conscientizar e mostrar o projeto que será desenvolvido com os estudantes, explicando o objetivo deste projeto e assim dar condições para que os estudantes concluam o ensino fundamental. O perfil do docente que irá trabalhar com a turma, será composto por profissionais que já atuam na própria escola indicados pela supervisão da

escola considerando um perfil de docente que entenda que este aluno já está em defasagem e que precisa ter um olhar diferenciado desde a construção do plano de trabalho até dar condições para que este possa através de suas vivências perceber sentido nos conhecimentos estudados na escola.

Quanto a metodologia cabe ao professor através de seu planejamento adequar o currículo e dar condições ao acompanhamento dos estudantes considerando os aprendizados que já trazem dos anos escolares que repetiram. O método de avaliação terá enfoque no desenvolvimento das competências, habilidades, criatividade, e desenvolvimento da autoimagem positiva do estudante.

A avaliação [...] deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. Se é importante aprender aquilo que se ensina na escola, a função da avaliação será possibilitar ao educador condições de compreensão do estágio em que o aluno se encontra, tendo em vista poder trabalhar com ele para que saia do estágio defasado em que se encontra e possa avançar em termos dos conhecimentos.
(LUCKESI, 2002, apud SALOMÃO, 2012, p.24)

A escola acompanha o desenvolvimento dos alunos através das equipes diretivas, pedagógica e professores das turmas que através de reuniões realizam as intervenções necessárias, como a Busca Ativa para incentivar a permanência dos estudantes na escola.

No município C as políticas educacionais voltadas para alunos com distorção idade-série são os projetos Camaleão, e Recuperação da Aprendizagem. O projeto Camaleão é um projeto piloto que foi construído juntamente com supervisores da secretaria, analisado e discutido com professores, diretores e equipes pedagógicas das escolas. O processo inicia com a constatação no final do ano dos estudantes com distorção através de dados gerados pelas secretarias das escolas, no início do ano letivo as equipes pedagógicas das

escolas entram em contato com as famílias para explicar o projeto e ter a autorização para que o aluno passe a frequentar a Classe de aceleração. A escola define através da supervisão escolar os perfis de professores que atuarão nestas turmas, e como será construído o currículo que será desenvolvido com os estudantes e as principais habilidades a ser alcançada ao final de cada semestre. A secretaria de Educação acompanha as escolas sobre o desenvolvimento da turma em relação ao que foi ofertado. O projeto prevê ainda que os estudantes tenham oficinas no turno inverso para complementar o interesse e a motivação para estar na escola, com assuntos pertinentes ao que realiza e entende como importante na construção do seu cotidiano.

O processo educativo escolar recoloca a cada instante a reprodução do velho e a possibilidade da construção do novo, e nenhum dos lados pode antecipar uma vitória completa e definitiva. Esta abordagem permite ampliar a análise educacional, na medida em que busca apreender os processos reais, cotidianos, que ocorrem no interior da escola, ao mesmo tempo que resgata o papel ativo dos sujeitos, na vida social e escolar. (DAYRELL, 1996, p.2)

O projeto de Recuperação da Aprendizagem iniciou em 2021 e tem como meta recuperar tanto as aprendizagens que foram significativamente impactadas pela Pandemia de Covid 19 quanto as defasagens que os alunos já vinham apresentando antes da pandemia.

A secretaria construiu o projeto junto aos professores, e em segundo momento oportunizou para as equipes diretivas e pedagógicas das escolas espaços para complementar ou sugerir mudanças no projeto de acordo com a realidade de cada escola, inicia mais ou menos no mês de abril de cada ano letivo, onde já foi realizado nas escolas o mapeamento dos estudantes com dificuldades de aprendizagem e aos estudantes das Classes de Aceleração participam deste projeto.

No município D em 2017 a secretaria fez um levantamento para saber ao certo quais eram os dados corretos sobre a distorção idade-série do município e evasão escolar, e em 2018, com intuito de mitigar esses indicadores, começou

a realizar estudos sobre metodologias, estratégias, projetos, enfim, ações que poderiam ser desenvolvidas para reduzir esses indicadores considerados tão negativos pela secretaria de educação.

Assim, fundamentado na LDB, a secretaria apresentou o projeto Ostra, que consiste na oferta de classes simultâneas de aceleração. Ou seja, são classes onde os estudantes perpassam pelos 4 anos finais do Ensino Fundamental, com uma proposta bastante diferenciada com relação à metodologia de trabalho dos professores. O currículo oferta conteúdos essenciais para a progressão dos estudos, ou seja, para que esses estudantes também depois consigam se inserir no ensino médio e dar prosseguimento ao seu processo de escolarização, mas, sobretudo, um currículo também para a vida desses estudantes.

O projeto iniciou em 2019 em 3 escolas do município, expandindo para outras 3 escolas em 2020 e 2021. Em 2022 uma das escolas que havia ofertado turmas, conseguiu corrigir o fluxo, e não precisou mais ofertar as Classes de Aceleração, o mesmo acontece em 2023 com outra escola. Das 6 escolas que ofertavam estas turmas, 2 conseguiram corrigir o fluxo até 2023.

Na visão da Secretaria nos cinco primeiros anos do projeto, as equipes diretivas, pedagógicas e docentes das escolas perceberam que além da correção de fluxo o projeto também obteve êxito levando em consideração os conhecimentos que os estudantes já trazem, o que vislumbram para sua vida a partir dos conhecimentos aprendidos na escola.

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola. (FREIRE, 1996, p. 33)

A idade para ingresso no projeto é de 14 anos completos na data de corte para alunos de 6º, 7º ano e 15 anos completos para alunos do 8º ano do ensino fundamental.

A proposta do projeto tem por base realizar projetos de forma interdisciplinar, para compor um currículo flexibilizado, adaptado às realidades estabelecendo as habilidades necessárias para o enfrentamento da vida e atendam as diferentes dimensões ou níveis de aquisição de conteúdos que tratem de alunos com trajetórias escolares diversas (Projeto Ostra).

No que se refere a evasão escolar, o chefe de equipe, indica que percebem no estudante um desconforto em estar com a idade maior do que a idade recomendada para aquela série/ano. Assim percebe-se nesse fracasso escolar, que não está obtendo sucesso dentro dos muros da escola, e evade na tentativa de fazer outra coisa, ou trabalhar para ajudar a família. Nas palavras de Charlot (2000, p.16):

O fracasso escolar não é um monstro escondido no fundo das escolas e que se joga sobre as crianças mais frágeis, um monstro que a pesquisa deveria desemboscar, domesticar, abater. O “fracasso escolar” não existe; o que existe são alunos fracassados, situações de fracasso, histórias escolares que terminam mal. Esses alunos, essas situações, essas histórias é que devem ser analisadas, e não algum objeto misterioso, ou algum vírus resistente, chamado “fracasso escolar”. (Grifo da autora)

O município busca através do projeto corrigir o fluxo até que não precisem mais ter Classes de Aceleração.

O município E tem aproximadamente 6800 habitantes. A rede atende hoje um número próximo a 600 estudantes, divididos em 10 escolas municipais sendo uma destas escolas, indígena.

Em relação a distorção idade-série no município, o número de estudantes é muito baixo para fazer a composição de uma Classe de Aceleração, cerca de 5 alunos se encontram hoje nesta condição em 2024, dados da Secretaria de Educação do município, que também percebeu uma queda na aprendizagem de alguns estudantes em função da Covid 19, e desde então a estratégia da secretaria é utilizar no contraturno o reforço escolar. No ano de 2023 apenas 9 crianças foram reprovadas, e o motivo da maioria foi a infrequência.

Os impactos da pandemia de Covid 19 foram decisivos para os números de estudantes com dificuldades de aprendizagem, por se tratar de um município pequeno, na época com bem menos acesso às tecnologias. Ainda que hoje na rede há alunos com distorção idade-série, porém é um número bem baixo de estudantes, em torno de 5, de 6º a 9º ano, não possibilitando a formação de uma turma, e o que também dificultaria é o fato de que não estão todos localizados na mesma escola.

No ano de 2023, apenas 2 casos, 2 alunos com 18 anos que evadiram e depois retornaram e acabaram concluindo. Nesta perspectiva ainda relata o que há uns 3 anos atrás os números eram maiores, e o reforço escolar foi uma importante estratégia para iniciar um processo de recuperação das aprendizagens.

O município F disponibiliza aos estudantes com distorção idade-série o projeto “Travessia”, a Secretaria de Educação fornece os dados do ano de 2022 e 2023, dizendo que em 2022 iniciaram com 4 turmas, e 2023 com 1 turma. As turmas são compostas de 15 até 30 estudantes, mas normalmente a turma fecha com 20 alunos com idade acima de 14 anos com 2 anos de defasagem. Além da proposta do currículo adaptado, a secretaria aposta em uma parceria com o curso de informática do SENAC, em turno inverso para os estudantes, com objetivo de ofertar uma preparação para o mercado de trabalho.

A Secretaria de Educação percebe que o projeto desde sua implementação, apresenta algumas dificuldades, como o entendimento das famílias da importância da recuperação de estudos dos estudantes, na observação de aspectos que ainda precisam ser melhorados quando as experiências pedagógicas, e conclui que o projeto já tem uma boa aceitação nestes 2 anos, mas que muito ainda pode ser melhorado.

A proposta de mitigação da distorção idade-série no município G, foi realizada somente no 2023 diante das dificuldades de planejamento que a Secretaria encontrou para organizar sua rede, então a Secretaria conseguiu através do projeto “Maresia”, atender esses estudantes, foram abertas duas turmas,

dentro de duas escolas, e para poder ofertar mais qualidade ao projeto buscaram uma assessoria externa.

Sobre os desafios encontrados com as Classes de Aceleração, a Secretária de Educação observa que são muitos, pois todos trazem uma bagagem, uma história que precisa ser considerada. A permanência principalmente, porque segundo o perfil dos estudantes que estavam nas turmas se desmotivou muito fácil, alguns já não tem tanta perspectiva de futuro ou necessitam trabalhar para ajudar ou mesmo alimentar sua família.

Hoje, para muitos alunos, a escola não tem qualquer sentido, nem representa um projeto no qual eles próprios ou as suas famílias sintam que vale a pena investir. A pedagogia, habituada a lidar com as questões da motivação num quadro de adesão à ideia de escola, fica desarmada perante estes alunos. (NÓVOA, 2011, p.41)

No entanto, considera que este projeto foi tão importante para o município que este ano terão somente uma turma de aceleração, houve uma diminuição dos índices. E descreve o papel da equipe diretiva, pedagógica e dos próprios estudantes como fundamental para o desenvolvimento do projeto.

Formação Continuada para Docentes em Classes de Aceleração

A necessidade de formação continuada surge à medida que a pesquisa acima mostra através dos relatos de assessores das Secretarias de Educação que não há em nenhum destes municípios uma formação específica para professores que atuam em Classes de Aceleração, há um entendimento que as formações oferecidas para as turmas tidas como regulares, seria suficiente para estas turmas também, e esta questão nos remete nas palavras de Nóvoa (1991),

A formação não se constrói com acúmulo de cursos, conhecimentos ou técnicas, mas, sim através de uma análise reflexiva e crítica das práticas e reconstrução permanente da identidade pessoal dos profissionais, tornando-se imprescindível investir na pessoa e dar estatuto ao saber da experiência.

Dos municípios entrevistados o município A oferece formação de professores aos pares, reúnem-se em determinados dias (fixados pela Secretaria de Educação) e os professores de Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais, reúnem-se por área de conhecimento para trocar experiências e colaborar na construção das habilidades que serão trabalhados por semestre (Educação infantil e Anos Iniciais) e Trimestre (Anos Finais).

O município B destaca como estratégia a busca de parcerias com instituições privadas, na formação de professores, realizada pelo SEBRAE e UNESCO, onde esta última realiza especificamente formação dos professores separados por áreas e etapas, uma vez por mês em sua hora de planejamento. As abordagens são de diferentes temas escolhidos pelas instituições.

Como proposta do município C, busca-se a formação aos pares através de uma escola de formação que atua na rede busca através de parcerias com os próprios docentes construir o desenvolvimento dos conhecimentos que os profissionais utilizam e necessitam no seu fazer pedagógico.

A Secretaria de Educação do município D, oferece aos profissionais da educação, formação continuada, como estratégia para que continuem melhorando os índices de qualidade na educação. Quanto às temáticas, os assuntos são variados, os professores têm acesso a formação continuada através de parcerias com instituições como a Universidade Federal aqui do Rio Grande do Sul, que tem um campus em Tramandaí.

O município E desenvolve a formação dos professores em função das avaliações externas como Renalfa, Alfabetiza Tchê, estas formações são realizadas com docentes do Pré até o 5º ano dos Anos Iniciais. Em relação aos alunos dos Anos Finais as formações são baseadas nas provas do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e SAERS (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul).

No município F vem desenvolvendo políticas educacionais para corrigir o fluxo de seus alunos, através de ações e estratégias com base na formação de

professores, respeitando as particularidades de cada etapa da educação básica, por exemplo a secretaria está se organizando para realizar formações específicas para professores do bloco de alfabetização, quartos e quintos anos e as turmas de Anos Finais contemplando as áreas de conhecimento. As formações são realizadas por profissionais externos contratados pela Secretaria de Educação.

Quanto a formação de professores das Classes de Aceleração, o município G, realiza no início do ano letivo, palestras, cursos, e participam todos os professores, mesmo os que não atuarão nas Classes, pois o objetivo é apresentar o projeto e trabalhar sobre o acolhimento, após este momento é realizada uma capacitação específica para os professores que estarão nas turmas. A Secretaria conta com parcerias externas, através de consultorias e empresas como Senac Litoral.

A formação continuada neste contexto precisa estar alicerçada na realidade das turmas atendidas, voltadas à construção de um espaço participativo e colaborativo. Considerar as necessidades das classes atendidas valoriza os saberes dos profissionais e as necessidades do público atendido, desenvolvendo assim um espaço de formação em serviço da escola.

Para Tardif (2002), a relação dos docentes com os saberes não é restrita a uma função de transmissão de conhecimentos já constituídos, os saberes dos professores são temporais, plurais e heterogêneos, personalizados e situados, e carregam as marcas do ser humano.

Percebe-se como necessário o movimento de uma formação não generalista, muito menos para o sucesso em fórmulas prontas e materiais didáticos estruturados, mas sim de forma que considere o contexto e a relevância da prática pedagógica com a realidade vivida, rompendo com os movimentos que muitas vezes buscam “[...] formalizar o ensino reduzindo de tal modo a sua complexidade que ele não mais encontra correspondente na realidade” (GAUTHIER, 2008, p. 25).

Considerações Propositivas

Os municípios vêm desenvolvendo através de suas Secretarias de Educação projetos com metodologias que visam a recuperação da aprendizagem dos estudantes das Classes de Aceleração, e é possível perceber pelos relatos dos assessores que cada município que possuem abordagens com foco nas particularidades e demandas de cada rede. Há diversos fatores que permitem que a distorção idade-série esteja presente nestes municípios, a evasão, infrequência, o distanciamento do estudante da escola e a falta de vislumbre que através da escola e dos conhecimentos adquiridos ele possa ter noção de suas potencialidades para o caminho que seguirá quando sair dos muros da escola.

Os professores desempenham o papel de mediadores de um contexto escolar que nas palavras de Dubet, apresenta ao estudante diferentes situações e problemas que embora ele não os escolha, são eles que dão sentido e que reagem a estas situações e problemas. Considerando esta pesquisa, não constatamos a existência de uma formação continuada que absorva o modelo de Classes de Aceleração que hoje é utilizado pelos municípios para estudantes com distorção idade-série. Os docentes participam de propostas muitas vezes realizadas ora por empresas externas contratadas para realizar uma formação para todos os professores e ora esta formação é realizada pela própria Secretaria de Educação entre os pares.

O que nos faz refletir sobre as possibilidades ainda não alcançadas para trabalhar de forma particular a formação continuada dos professores, analisando desde as condições de acesso até a permanência destes estudantes nas Classes de Aceleração, e como as desigualdades que enfrentam e que os trazem até este cenário permeiam entre a vontade de que continuem tendo oportunidades como todos os estudantes, pois é seu direito. E o desenvolvimento da integração dos estudantes com a sociedade em que vivem, trazendo utilidade de sua formação com os objetivos que espera para

o momento que, ao corrigir o fluxo, possa sair da escola com maior percepção do que é capaz de alcançar, sem predeterminações de sua real capacidade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394/96**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 maio 2024.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: Elementos de uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. **A Escola Como Espaço Sócio Cultural**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

DUBET, François. **O que é uma Escola Justa**. Cadernos de Pesquisa, v.34 São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Campinas: Autores Associados, n. 123, p. 539-555, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jLBWTVHsRGSNm78HxCWdHRQ/> Acesso em 02 julh. 2024.

DUBET, François. **A escola e a exclusão**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Campinas: Autores Associados, n. 119, p. 29-45, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742003000200002&script=sci_abstract&tIng=pt. Acesso em: 02. julh. 2024.

ESCRITÓRIO DO LIVRO E BIBLIOMAISSON. **Será que a escola pode salvar a democracia?** YouTube, 22 de abril de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_J4KzchXWk4 Acesso em: 20 de junho de 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e terra, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAUTHIER, C. **Por uma teoria da Pedagogia: Por uma teoria da Pedagogia pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. Ijuí: Unijuí, 2008.

LUCK, H.; PARENTE, M. M. de A. **Mecanismos e experiências de correção de fluxo escolar no ensino fundamental**. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, jul. 2004. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1032.pdf. Acesso em: 7 junh. 2024.

NÓVOA, António, coord. - **"Os professores e a sua formação"**. Lisboa : Dom Quixote, 1992. ISBN 972-20-1008-5. pp. 13-33. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf. Acesso em 03 mai.2024.

NÓVOA, António. **O Regresso dos Professores**. Pinhais: Melo, 2011.

Ó, C. F.; SANTOS, C. V.; LORENZI, C. C. B. **O conceito de política pública e política educacional: Debates além da legislação**. Revista on-line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 27, n. 00, e02307 1, 2023. e - ISSN: 1519 - 9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v27i00.18141>

SALOMÃO, Thais. **A avaliação no processo de ensino e aprendizagem: a concepção de alunos do Ensino Médio**. 2015. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. Disponível em: <https://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/2015%20THAIS%20SALOMAO.pdf>. Acesso em: 13 junh. 2024.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VITELLI, R. F.; FRITSCH, R. **Evasão escolar na educação superior: de que indicador estamos falando?** Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 27, n. 66, p. 908-937, set./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18222/eae.v27i66.4009>. Acesso em: 10 junh. 2024